

## MP 527: Pronunciamento do Sinaenco.

### Remédio ou veneno?

*Regime Diferenciado de Contratações para obras da Copa e Olimpíada traz graves equívocos*

João Alberto Viol\*

**A aprovação, na Câmara Federal, da MP 527/11, que cria o Regime Diferenciado de Contratações (RDC), para acelerar a realização das obras para a Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo de Futebol (2014) e Olimpíada (2016), carrega em seu corpo um grave equívoco: o de que basta mudar os ritos legais de contratação para agilizar as obras necessárias à realização desses megaeventos.**



Ao aprovarem a proposta, os deputados federais apenas confirmaram o viés “torto” adotado pelo governo nesta questão e sua aparente cegueira sobre os potenciais prejuízos que essa decisão poderá trazer ao país.

O governo alega que essa modalidade de contratação integrada – a mesma empresa/consórcio será responsável por desenvolver os projetos e obras – será a melhor para o país, citando as contratações da Petrobras e as utilizadas pelo governo britânico como modelo inspirador.

Até aí, o.k. Mas, entre as coisas não ditas pelos que defendem essa modalidade, está o fato de que os britânicos utilizam o modelo de contratação integral de forma totalmente diferente – e não como solução emergencial para corrigir os problemas devido à falta de planejamento.

Londres começou a planejar as obras para os Jogos Olímpicos de 2012 sete anos antes, em 2005, quando criou a Olympic Delivery Authority (ODA), responsável pela gestão e coordenação de todas as obras relacionadas à Olimpíada. As autoridades da capital britânica dedicaram dois anos para desenvolver, em detalhes, os estudos e projetos para os diversos itens necessários: parque olímpico, obras de transporte, de sustentabilidade ambiental, econômica e social, entre outras.

A construção, contratada com base nesses projetos completos, está sendo executada também rigorosamente dentro do cronograma e do valor global estipulado na contratação, com a qualidade definida nos projetos. Algo totalmente diverso do que está sendo proposto pelo RDC e, infelizmente, muito diferente do que tem sido a prática dos governos, nos seus três níveis, envolvidos com obras para 2014 e 2016.

Diferentemente dos britânicos, a proposta aprovada ontem pela Câmara prevê a possibilidade de alterações nos valores globais contratados para os casos fortuitos, que provoquem desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. E, principalmente, em seu artigo 39, abre as portas para elevações de custos diversos para atender “às modificações supervenientes decorrentes de normas ou exigências apresentadas pelas entidades internacionais de administração do desporto (Fifa e Comitê Olímpico Internacional, COI) nos projetos básicos e executivos das obras e serviços referentes aos Jogos Olímpicos à Copa do Mundo Fifa 2014, desde que homologadas, respectivamente, pelo COI ou pela Fifa”.

Alguns alegarão que a atual legislação brasileira de contratação de serviços e obras públicas, a Lei 8.666/93, está defasada e não permite a agilidade necessária ao desenvolvimento da infraestrutura do país. A Lei 8.666 certamente pode e deve ser aperfeiçoada. Mas atribuir apenas à legislação a ineficiência na execução das obras públicas é o mesmo que exigir que os carros movam os bois. O problema central é a falta de planejamento, que permite pensar antes, para fazer o necessário com o melhor projeto completo e detalhado. A contratação dos projetos executivos (completos) de arquitetura e engenharia pela melhor solução técnico-econômica são os insumos fundamentais para a boa construção, com custo e prazos adequados.

O principal problema da contratação integrada é que ela será definida com base em um anteprojeto, etapa anterior ao projeto básico e que já não é o melhor parâmetro para a contratação pública de obras. Essa opção joga no lixo o conhecimento acumulado pela arquitetura e engenharia brasileira.

Disso podem resultar possíveis vícios (escolha de sistemas construtivos e especificação de materiais pelo menor preço e nem sempre os mais adequados, ensaios preliminares em menor quantidade e abrangência do que o ideal, por exemplo), para garantir maior lucro no contrato. E não agilizará o processo porque, para apresentar proposta, a construtora/consórcio precisará realizar estudos e ensaios (topográficos, geotécnicos etc.) e desenvolver projeto básico e executivo para ter definição técnica e, principalmente, econômica da obra. Esse processo tem elevado grau de complexidade e não há como ser desenvolvido em curtíssimo prazo, sob pena de resultar em empreendimentos sem a qualidade e a durabilidade necessárias.

Esse erro conceitual grave permeia o equívoco da proposta do governo e poderá trazer, caso aprovado o RDC, mais problemas do que soluções. Na medicina, o diagnóstico deve ser embasado em exames completos e rigorosos, sob risco de prescrição de procedimentos e remédios inadequados. Da mesma forma, em obras públicas também é essencial o projeto completo, orientado por ensaios diversos e diagnósticos bem-executados. O RDC, se aprovado como está, poderá representar uma fonte de problemas, em vez de ser um remédio eficaz para a administração pública ter obras executadas mais rapidamente, com qualidade e a preços adequados.

\*João Alberto Viol é presidente do Sindicato da Arquitetura e Engenharia (Sinaenco)

## Notícias

### Pregão no DEC-Exército Brasileiro

O DEC Departamento de Engenharia e Construção rejeitou a impugnação apresentada pela ABCE contra o pregão eletrônico 034/2011 para a contratação de serviços técnicos especializados para a execução da atualização e complementação do projeto executivo do prolongamento da pista de pouso e decolagem, da pista de táxi delta e respectiva macrodrenagem do aeroporto internacional Salgado Filho, em Porto Alegre. A ABCE optou por impetrar pronto mandado de segurança com pedido de liminar para sustar o pleito. Aguarda-se decisão da justiça.

### DNIT e VALEC: crise no ministério dos Transportes



**A presidente Dilma Rousseff intervém no ministério dos Transportes.**

### De acordo com a assessoria de imprensa da Presidência, caberá ao próprio ministro Alfredo Nascimento promover a investigação de denúncias de que a cúpula do

ministério sob seu comando promovia sobrepreço nas licitações e cobraria propina entre 4% e 5%, o que garantia às empresas aditamentos dos contratos. "O governo manifesta sua confiança no ministro Alfredo Nascimento", diz o texto lido por uma assessora. "O ministro é o responsável pela coordenação do processo de apuração das denúncias feitas contra o Ministério dos Transportes", concluiu. No final de semana, Dilma afastou o chefe de gabinete de Nascimento, Luiz Tito Bonvini, o diretor-geral do Dnit, Luiz Antonio Pagot, e o presidente da estatal Valec, José Francisco das Neves. *(O Globo on line - resumo)*

### Fraudes no IME: 15 pessoas são denunciadas

A Procuradoria de Justiça Militar do Rio de Janeiro apresentou denúncia contra seis militares do Exército e nove civis pelo desvio de recursos públicos em licitações realizadas pelo Instituto Militar de Engenharia (IME). **A ABCE**

### denunciou publicamente na época esse esquema e foi entrevistada pelo O Globo.

O grupo montou um cartel para vencer as concorrências e abocanhar cifras milionárias. Segundo o Ministério Público Militar, o esquema gerou prejuízos aos cofres públicos de R\$ 11 milhões. Os 15 envolvidos foram denunciados por peculato. Em 2009, os procuradores receberam as primeiras informações anônimas relacionadas a irregularidades em processos licitatórios e a convênios entre o IME e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). O MPM analisou 88 licitações, todas consideradas ilícitas. As licitações analisadas tinham sempre a participação das mesmas oito empresas de dois empresários, assessorados por um contabilista. Segundo o MPM, a denúncia é referente a apenas uma parte das fraudes no IME. Outros quatro inquéritos ainda estão em andamento apurando denúncias semelhantes. *(O Globo on line - resumo)*.

## **CDES promove reunião sobre o Plano Plurianual**

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República realiza no dia 7 de julho, no Palácio do Planalto, em Brasília, reunião sobre o

Plano Plurianual 2012-2015. Coordenado pelo ministro chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Moreira Franco, o evento contará com a presença da presidenta da República, Dilma Rousseff. O tema "A estratégia PPA 2012-

2015" será abordado pela ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, e "A participação social no PPA 2012-2015", pelo ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho.

## **ABCE: novos dirigentes eleitos**

**A Assembleia Geral de ABCE elegeu nesta segunda-feira 27, seus novos dirigentes para o biênio 01 Jul 2011 – 30 Jun 2013. Cerimônia de posse programada para setembro, em data a confirmar.**

### **Presidência**

Presidente do Conselho Diretor:

**Mauro Ribeiro Viegas Filho** (Concremat)

Vicepresidente do Conselho e Presidente da Diretoria Nacional:

**Rodrigo Meirelles Sigaud** (Planave)

### **Conselho Diretor:**

- Concremat** – Titular: Mauro Viegas Filho / Suplente: Ariovaldo dos Santos
  - Engenix** – Titular: Sérgio Luiz Freitas Capellão / Suplente: Márcio Nascimento Senatore
  - Engineering** – Titular: Henrique de Aragão / Suplente: Luis Fernando Baeta Neves Barbieri
  - EPC** – Titular: Nunziato Schettino / Suplente: Ulisses Pires da Silva
  - Guimar** – Titular: Heródoto F. Monte / Suplente: Luiz Musiello
  - Intertechne** – Titular: Antonio Fernando Krempel / Suplente: Carlos A. Infante da Câmara Teixeira
  - Leme** – Titular: Ronaldo Guimarães Garcia / Suplente: Paulo Olívio Ribas
  - Logos** – Titular: Fernando Cattapan / Suplente: Jair Roxo
  - Planave** – Titular: Rodrigo Sigaud / Suplente: Ikeciel Kiperman
  - Projectus** – Titular: Marcio Ramos / Suplente: a ser informado posteriormente
  - Telsan** – Titular: Floriano Tarcísio Moncorvo / Suplente: Valéria Policani Semeraro
  - Themag** – Titular: Henrique Herweg / Suplente: Angelo Vian
  - Astep** – Titular: Romero Portella Raposo – Suplente: José Luciano de Freitas Batista
  - Concesolo** – Titular: Marcio Batista de Amorim / Suplente: Alvaro Antonio de Oliveira Afranio Peixoto
  - Consol** – Titular: Mauricio de Lana / Suplente: Renato Nogueira Silva
  - Encibra** – Titular: Ribamar Cruz / Suplente: Alexandre Miguel López
  - Engesur** – Titular: Francisco José Robalinho de Barros / Suplente: Felipe de Oliveira Martins
  - MRS** – Titular: Luis Fernando Roxo Medeiros / Suplente: Alexandre Nunes da Rosa
  - Nucleo** – Titular: Ricardo Gomes / Suplente: Jackson Carvalho Gomes
  - Skill** – Titular: Julio Fortini de Souza / Suplente: Carlos Alves Mees
  - Sotepa** – Titular: João Batista Vicelli / Suplente: Almir José Machado
  - TCRE** – Titular: Paulo Fernando Pinho / Suplente: Marco A. Guardiã
  - Prodec** – Titular: João Reynaldo Medeiros
  - Vetec** – Titular: Victor Abel Gostein / Suplente: Roberto Araújo Pereira.
- Sócios Individuais:** Ivan Sérgio Magalhães, Lindolpho Corrêa de Souza, Márcio Queiroz Ribeiro.

### **Diretoria Nacional**

**Mauro Ribeiro Viegas Filho**

Presidente do Conselho Diretor, membro nato.

**Rodrigo Meirelles Sigaud**

Presidente da Diretoria Nacional – Vicepresidente do Conselho Diretor, membro nato

Diretores eleitos:

**Frederico Peçanha Couto** – Direção

**Gilberto Castro** – Logos

**Henrique de Aragão** – Engineering

**Ivan Sérgio Magalhães** – Individual

**Luiz Musiello** – Guimar

**Marcio Vaz Ferreira Ramos** – Projectus

**Mario Sergio Azevedo de Oliveira** – Concremat

**Ribamar Cruz** – Encibra

**Ricardo Gomes** – Núcleo

## Opinião

### Regime Diferenciado de Contratações

A CBIC entregou, na última quarta-feira, dia 22 de junho, à Casa Civil da Presidência da República, um posicionamento do setor sobre o Regime Diferenciado de Contratações, proposto pelo Governo na Medida Provisória 527. A Câmara Brasileira da Indústria da Construção entende que o objetivo da medida é dar agilidade ao processo licitatório das obras, projetos e serviços de engenharia para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. No entanto, a entidade defende a manutenção da segurança das contratações que se seguirão à licitação, pelo modelo proposto na MP 527. “O texto aprovado, embutido na MP, não nos parece adequado para que os objetivos propagados – agilidade e segurança – sejam plenamente atendidos”, ressalta o presidente da CBIC, Paulo Simão. No documento entregue à Casa Civil, a

CBIC demonstra que o modelo de lances sucessivos (pregão) estimulado pela Lei, certamente não é o mais indicado para obras, projetos e serviços de engenharia. A tendência, nesse modelo, é de que os preços sejam perigosamente reduzidos, obrigando o vencedor a refazer as planilhas, alterando artificialmente quantitativos e composições de preços para que o valor final atenda ao último lance do pregão. Esse formato, segundo o presidente Paulo Simão, aumenta significativamente o risco de termos empreendimentos paralisados ou mesmo a busca posterior de artifícios ilegais para a melhoria dos preços contratados. Outro entendimento do setor manifestado ao governo é o de que o orçamento oculto (preço base do órgão contratante) fere frontalmente o princípio constitucional da publicidade e da isonomia, sugerindo que poderá haver o uso de “informação privilegiada” a determinado concorrente em detrimento dos demais. Além

disso, a entidade questiona o prazo de 30 dias fixado para a modalidade de Contratação Integrada, por considerá-lo insuficiente e poder induzir a apresentação de propostas superficiais e mal dimensionadas ou facilitar a ação daqueles que tenham acesso, antecipadamente, a detalhes do projeto objeto da licitação. Por fim, Paulo Simão destacou à Casa Civil que a inversão de fases do processo licitatório – que define primeiro o preço para somente depois analisar as condições de habilitação do vencedor – certamente oferece sérios riscos de contratações de empresas sem a devida qualificação para a execução do objeto licitado. Simão defende que, para evitar abusos e desvios, as obras e serviços contratados pelo modelo da RDC sejam previamente conhecidos e que seja constituída uma Comissão de Acompanhamento integrada por membros do governo e da sociedade para assegurar a lisura no processo.

## Opinião

### Belo Monte deve servir de bom exemplo

*O Globo on line, 03/06/2011*

Entre as 40 condicionantes para liberação da licença ambiental para início das obras da hidrelétrica de Belo Monte está a obrigação de o consórcio responsável pelo empreendimento garantir o fornecimento de água potável e tratar os esgotos de 100% dos domicílios urbanos de dois municípios da região: Altamira e Vitória do Xingu.

Não há hoje no Brasil cidade que tenha alcançado esses índices. E no caso da Amazônia, tais objetivos estão ainda mais distantes, pois o índice de esgotos urbanos tratados nos maiores municípios locais não passa de 5%.

A construção da hidrelétrica, que levará cerca de oito anos,

absorverá um volume de capital estimado entre R\$19 bilhões e R\$25 bilhões, dos quais R\$3,2 bilhões se destinarão a projetos socioambientais.

A construção de Belo Monte deve criar mais de 20 mil empregos diretos no pico da obra, em 2013. Outros 80 mil indiretos surgirão em decorrência da hidrelétrica. Para uma região marcada por pobreza endêmica e falta de infraestrutura, Belo Monte será uma grande oportunidade. Rodovias, pontes, hidrovias e atracadouros já estão sendo



recuperados para receber máquinas a serem usadas na obra. Existe o compromisso formal do consórcio construtor de adquirir na região o que for possível para abastecer os alojamentos, abrindo mercado para pequenos e médios produtores rurais locais. Um outro compromisso é alfabetizar o máximo possível de trabalhadores (pela primeira vez serão admitidas pessoas analfabetas em uma obra dessa magnitude, exatamente devido à realidade da região, onde é elevada a parcela da população sem qualquer instrução). Diferentemente de outros grandes projetos programados para regiões pouco desenvolvidas, o governo desta vez teve a preocupação de criar um grupo gestor das iniciativas que poderão transformar toda essa área do Rio Xingu. Não só as atenções de todo o Brasil estarão voltadas para Belo

Monte. Ambientalistas dos vários cantos do plano certamente vão acompanhar, passo a passo, o que for feito por lá. Assim, Belo Monte possivelmente se constituirá em modelo de grande projeto capaz de melhorar a qualidade de vida da população local e contribuir para um desenvolvimento sustentável - vale lembrar que os municípios na área de influência da hidrelétrica contarão com uma receita de royalties, que terá de ser destinada a investimentos.

Belo Monte isoladamente garantirá dois anos de crescimento da potência instalada de geração de energia elétrica necessária para atender à demanda brasileira. E de maneira a manter limpa a matriz energética do país, no momento em que a opção por novas usinas nucleares está sendo revista, deixando como alternativa a grandes hidrelétricas apenas termoelétricas mais poluentes.

Belo Monte é um empreendimento desafiador sob todos os aspectos. Para a engenharia brasileira, a construção de dois longos canais adutores será uma experiência sem paralelos. Para os investidores, o maior desafio será dar resposta aos que não acreditam que a hidrelétrica constituirá de fato um projeto rentável. E para as autoridades, é essencial que Belo Monte sirva de bom exemplo.

## Opinião



### Confea critica medida que flexibiliza licitações para obras da Copa

A Câmara dos Deputados conseguiu "pegar uma coisa ruim e torná-la ainda pior", de acordo com avaliação do presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), Marcos Túlio de Melo.

A crítica se deve ao fato de a Câmara ao aprovar a Medida Provisória (MP) 527, que cria o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para flexibilizar as licitações das obras previstas para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016.

Segundo ele, a medida pode até dar rapidez às obras, mas, por outro lado, "aumenta o risco de corrupção e de as obras licitadas serem de baixa qualidade".

A entidade está preparando uma análise da MP aprovada na quarta-feira (15/6) pela Câmara dos Deputados, mas antecipou algumas das

conclusões que serão apontadas pelo documento.

"Os problemas que decorrerão [da aprovação] dessa MP [pelo Congresso Nacional] serão piores e mais graves do que o previsto pela MP original [a MP 521]. Os deputados conseguiram pegar uma coisa ruim e fazê-la pior ainda, talvez em função da pressa em aprovar o projeto. Isso causou muitas confusões. Há até erros de conceituação técnica que certamente vão gerar contradições", disse o presidente do Confea.

"Em um momento, ela permite uma estimativa [do projeto da obra a ser construída ou reformada], e em seguida obriga a apresentação de um orçamento detalhado do custo total das obras. Isso é impossível em regimes como o de contratação integrada. Só se terá orçamento depois de se desenvolver todos os projetos, definindo materiais, especificações e quantitativos. Até porque materiais diferentes implicam em formas diferentes de se fazer a obra", detalhou Melo.

Da forma como está a proposta, afirma o engenheiro, o orçamento previamente estimado para contratação será fornecido após o encerramento da licitação. "Isso é impossível porque não há condições de se ter orçamentos em processo de contratação

integrada", disse. Nesse tipo de licitação, contrata-se apenas uma empresa para elaborar os projetos básicos e executivos e, também, para a execução deles.

O presidente do Confea disse que, se aprovado também pelo Senado, a medida possibilitará contratações de projetos antes mesmo de se ter conhecimento do que se pretende construir.

"Imagina só essa situação: o governo ou um órgão público fazendo contratações sem projetos e sem saber exatamente o que pretende construir. É simplesmente impossível ou, no mínimo, inapropriado definir o preço de algo que não se sabe o que é. Para mim, isso não passa de uma loucura, um descalabro enorme". Melo acrescenta que, com os dispositivos da proposta, será possível permitir a alteração do preço contratado originalmente, "aumentando-o por necessidade de alteração de projeto ou de especificações".

Para piorar, acrescenta, não haverá como fiscalizar minimamente a obra. "Como se vai fiscalizar a obra? Não se sabe qual é o objeto contratado; a empresa poderá alterar o projeto como bem quiser... É, de fato, muito preocupante o que está proposto".

A situação pode ficar ainda pior caso alguns destaques sejam aprovados. "Querem estender a abrangência do regime diferenciado para um raio de 350 quilômetros das 12 cidades sede. Isso possibilitará que a exceção pegue até mesmo algumas capitais que não serão sede dos jogos, para obras aeroportuárias, de mobilidade urbana e de saneamento", afirmou.

Para o engenheiro, o governo coloca todas as responsabilidades na Lei de Licitações, "mas na verdade o problema é do governo, em todos os níveis, porque não tem estrutura de planejamento e nem estrutura técnica de engenharias", disse.

A fim de evitar o avanço da MP no Senado, o Confea

pretende discutir com os deputados os destaques que ainda serão votados na Câmara, e sugerir aos senadores algumas alterações à proposta recém-chegada na Casa. "Vamos também mobilizar entidades profissionais e empresariais", ressaltou o presidente do Confea.

(Brasil Econômico - 17/06/2011)

## Assessoria Jurídica

### TCU - Acórdão 1233/2008

**A ABCE recorreu contra dispositivos do Acórdão 1233/2008 com vistas à revogação dos itens 9.2.1, 9.2.1.1, 9.2.2.1, 9.2.2.2, 9.2.3.2 e 9.3.**

Está à disposição dos sócios o parecer de 30/05/2011 do Procurador Geral do TCU, Dr. Lucas Rocha Furtado, que opina pelo provimento dos nossos recursos e pela reforma do acórdão nº 1.233, ou seja, favorável à ABCE.

*"Talvez o processo vá a julgamento na próxima semana. Tal parecer não obriga os Ministros a mudarem seu voto, mas acredito que terá grande peso na votação e, sem dúvida, será um importante instrumento no caso de ser necessária a busca ao judiciário.  
Adv. Carlos Eduardo Amorim"*

### Proc. TC-014.508/2007-5 REPRESENTAÇÃO Transcrição parcial de Parecer do Ministério Público - TCU

*"Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator  
Posta a matéria em pauta de julgamento agendada para a Sessão Plenária de 11 de maio de 2011, formulei pedido de vista, com espeque no art. 112 do Regimento Interno do TCU, a fim de melhor examinar importante controvérsia jurídica contida nos autos.*

*Trata-se de pedidos de reexame (anexos 9, 13 e 15) interpostos contra o Acórdão 1233/2008-Plenário e de agravos (anexos 16 e 17) interpostos contra despacho do Relator às fls. 23, anexo 15, que não conferiu efeito suspensivo aos referidos pedidos de reexame em relação aos itens 9.2.2.1 e 9.2.2.2 da mencionada*

*deliberação, em face de seu caráter acautelatório.  
(.....)*

*Ante o exposto, este representante do Ministério Público junto ao TCU manifesta-se contrário à proposta da unidade técnica e propõe o provimento dos recursos em exame, de forma que sejam tornados insubsistentes os itens 9.2.1, 9.2.1.1, 9.2.2.1, 9.2.2.2, 9.2.3.2 e 9.3 do Acórdão 1233/2008-Plenário.  
Ministério Público, em 30/05/2011.  
Lucas Rocha Furtado  
Procurador-Geral"*

### TCU – Ingresso ABCE

O TCU autorizou o ingresso da ABCE nos autos do Processo TC-025.789/2006-4, referente ao Acórdão 2.129/2010, Plenário, relativo à forma dos cálculos da taxa referencial de Bonificação e Despesas Indiretas - BDI.

## Notícias

### Fórum Brasileiro de Custos de Infraestrutura,

A ABCE integra o Fórum Brasileiro de Custos de Infraestrutura, que congrega 14 organizações. Este Fórum constitui-se como canal permanente de discussão acerca dos custos em

infraestrutura no País. As reuniões realizam-se normalmente na sede da CBICem Brasília. A ABCE tem seus representantes no Fórum: **Maurício de Lana e Renato Nogueira, Fernando Cattapan, Alexandre Miguel Lopes, Romero Raposo, Carlos A. Infante,**

**Paula Adriana de Mello Lopes Eduardo de Souza Costa.**

### Serviço

Encontre a Legislação Federal e Estadual por assunto ou por número, além de súmulas dos STF, STJ e TST: [www.soleis.adv.br](http://www.soleis.adv.br)

## Gabrielli apresenta no Rio demandas da Petrobras

A FIRJAN promoveu com a Petrobras uma Reunião Estratégica com Lideranças Empresariais sobre o Desenvolvimento da Cadeia Nacional de Fornecedores de Bens e Serviços da Petrobras no dia 8 deste mês. Outras têm sido realizadas em diversas capitais para a apresentação das elevadas demandas firmes da empresa nestes próximos anos, com vistas a incentivar os seus fornecedores a se prepararem para atendê-la.

A exposição principal foi feita por seu presidente, **José Sérgio Gabrielli**, no auditório da FIRJAN com a presença de mais de 200 empresários e entidades do setor de petróleo e gás. Presentes, pela consultoria, **Mauro Viegas Filho, Fernando Cattapan, Mário Sérgio Oliveira, Sandra Chamma, Helio Amorim**. A ABCE está buscando acessar para divulgação o ppt da Petrobras apresentado pelo presidente, com dados amplos sobre os investimentos no setor.

## Câmara muda licitações para Copa e Olimpíada

Em votação longa e cheia de argumentos contrários, conseguiu aprovar com 272 votos a favor e 76 contra, a maior parte do texto do Regime Diferenciado de Contratações Públicas. Entre outras mudanças, **o texto descarta a apresentação de projeto básico antes dos certames e coloca nas mãos das empreiteiras a responsabilidade por todas as fases das obras, incluindo estudos preliminares, execução e testes pré-operacionais. O orçamento para a licitação será mantido oculto.**

## FIDIC News

### Executive Committee reviews publication activities

As part of its review of the FIDIC 2010 accounts, the FIDIC Executive Committee meeting in Vienna in May 2011 agreed that the continuing strength of the Swiss franc called for FIDIC Bookshop prices to be increased for the first time in 10 years. The increases will be introduced as new reprints of older FIDIC works contracts come on-stream in June 2011. Given the status of FIDIC's General Conditions of contract as the de facto international standard, the Executive Committee was also attentive to copyright breaches, especially unlicensed unilateral changes by government ministries. It was agreed to meet with a Romanian ministry where undesirable and unauthorised changes to licensed translations had been made. It was also agreed that steps would be taken to licence the China

Development Bank and the Indonesia Ministry of Works to use the Multilateral Development Bank Harmonised Construction Contract. Ensuring that the English and translated versions of the Harmonised Contract reproduced in Participating Bank Standard Bidding Documents were accurate and up-to-date remained a concern. FIDIC was considering taking responsibility for translations into the languages used by the banks.

Other Bookshop activity covered publication of new translations of the 1999 suite of works contracts, notably Italian and Portuguese versions of the *FIDIC Construction Contract*, bringing the number of translations to 15. FIDIC had also agreed to sell a new European International Contractors guide to the Harmonised Contract. Meanwhile, updating the *Dredgers Contract* and discussions with the International Tunnelling Association for special

tunnelling conditions of contract were approved, and clarification was sought on the status of an International Union of Architects' version of the *Client-Consultant Model Services Agreement*.

The status of other key documents that were being prepared was reviewed. These included policy statements on climate change and limited liability, a new *Procurement Procedures Guide* (see cover) which FIDIC committees have recently reviewed prior to formal approval by the Executive Committee, a new integrity compliance manual that supplemented the FIDIC Integrity Management System guide, and updated brochures introducing capacity development and Quality Based Selection. Finally, drafting task groups for a subcontract to the *Plant and Design-Build Contract* and for a disaster management guide were approved.

## Diretoria debate custos e encargos sociais

Na reunião de segunda-feira, 30, a Diretoria debateu sobre imposição de preços de serviços de consultoria com base no SICRO e no SINAPI, que está na pauta do Fórum de Custos coordenado pela CBIC, com a participação de representantes dos setores de custos da CEF e Petrobras. A ABCE está representada no Fórum pelo vice-presidente Maurício de Lana mas espera a participação de diretores dos diferentes setores que podem ser afetados pelos conceitos desenvolvidos nesse importante espaço de debates. Deverão estar na pauta as modalidades de contratação em setores chaves como petróleo, energia, transportes e outros serviços do setor público.

A ABCE pretende que as licitações sejam feitas por melhor técnica ou técnica e preço em todas as áreas. Outro assunto de debate foi o anúncio do ministro da Fazenda sobre a desoneração da folha de pagamento com a anulação progressiva da contribuição de 20% do empregador ao longo dos próximos quatro anos. Essa renúncia será compensada por aumento de alíquota incidente sobre o faturamento das empresas, que poderá ser a CSLL. Trata-se de pleito da ABCE insistentemente levado ao governo federal por afetar especialmente atividades de elevada incidência de mão de obra com a consultoria. Novas medidas deverão ser anunciadas com vistas à implantação dessa medida

que tenderá a incentivar a contratação de pessoal pela CLT. A prática de contratação como PJ tem se reduzido e já é condenada por tribunais superiores que confirmam caracterizar vínculo empregatício. Na reunião foram tratadas ainda iniciativas para a reestruturação da Associação, constituição de comissão para tratar das comemorações dos 45 anos da ABCE (1966-2011) e 40 anos da FEPAC (1972-2012), esta a coincidir com a sua AG a realizar-se no Rio de Janeiro em março de 2012. Anunciada ainda a Conferência Internacional da FIDIC a realizar-se em 2014, também no Rio de Janeiro, com a participação prevista de mais de mil consultores de todos os países membros.

## Programas de interesse da consultoria para inovação e desenvolvimento de processos

### Petrobras lança

#### Programa Progredir

O presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli de Azevedo, e o diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Petrobras, Almir Guilherme Barbassa, lançam na segunda-feira, dia 6, às 17h, na sede da companhia, no Rio de Janeiro, o Programa Progredir. O evento contará ainda com a participação de presidentes e diretores do Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú, HSBC e Santander.

O Programa Progredir viabiliza, de forma ágil e padronizada, a oferta de crédito, em volume e condições competitivas para todas as empresas que integram a cadeia de fornecedores da companhia. A iniciativa, desenvolvida em parceria com os seis maiores bancos de varejo do país e com o Programa de Mobilização da

Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp), conta com o apoio da indústria de petróleo e gás natural e de suas entidades de classe.

#### Outras

**informações** em [www.progredir.petrocnet.com.br](http://www.progredir.petrocnet.com.br)

Lançamento do Programa Progredir

*Data:* 6 de junho de 2011.

*Horário:* 17h. *Local:* Salão Nobre do Edifício-Sede da Petrobras (Edise), 24º andar, Avenida República do Chile 65, Centro, Rio de Janeiro. [imprensa@petrobras.com.br](mailto:imprensa@petrobras.com.br)  
Tel: 55 (21) 3224-1306 / 3224-2312.

#### Alterações no programa **FINEP Inova Brasil**

O Programa, de incentivo à inovação nas empresas brasileiras, acaba de sofrer ajustes. Criado originalmente com o nome de Pró-Inovação e com sete linhas, agora há

apenas três linhas, porém com um conceito mais abrangente, sem o recorte setorial e com uma configuração mais integrada. As taxas continuam indo de 4% a 8%, mas os prazos mudaram, e para melhor. Antes eram de 100 meses com carência de 20 meses e agora podem ir até 120 meses e ter até 36 meses de carência, conforme a linha. Outra mudança relevante é que agora não são passíveis de apoio no âmbito do programa empresas sob controle de capital estrangeiro que exerçam atividade econômica não especificada no [decreto nº 2.233, de 23/05/1997](#).

O FINEP Inova Brasil trabalha atualmente com sete fontes de recursos – FNDCT, FAT, Funttel (Fundo para Desenvolvimento Tecnológico Telecomunicações), recursos próprios da FINEP e dois empréstimos, um do Tesouro e outro do PSI/BNDES.

Seu objetivo é apoiar os Planos de Investimentos Estratégicos em Inovação das Empresas Brasileiras, detalhados em metas e objetivos pretendidos durante o período de tempo do financiamento, em consonância com a Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP do Governo Federal. Seu público-alvo são médias, médias-grandes e grandes empresas.

#### Conheça as linhas:

**Linha 1 - Inovação Tecnológica** - Apoio a projetos de inovação de natureza tecnológica que

envolvam risco tecnológico e oportunidades de mercado e que busquem **odesenvolvimento de produtos ou processos novos** ou produtos ou processos significativamente aprimorados (pelo menos para o mercado nacional). Os encargos são de 4% ao ano e os prazos são de até 120 meses, com até 36 meses de carência.

#### Linha 2 - Capital Inovador -

Apoio a projetos em capitais tangíveis, incluindo infraestrutura física e capitais intangíveis, que deverão ser consistentes com as estratégias de negócios das empresas e serem apresentados conforme

plano de investimentos em atividades de inovação que **capacitem as empresas a desenvolver atividades inovativas em caráter sistemático**. Os encargos são de 5% ao ano e os prazos de até 96 meses, com até 24 meses de carência. **Linha 3 – Pré-Investimento** - Apoio a projetos de pré-investimento e **de engenharia consultiva**, intensivos em conhecimento, enquadrados nas políticas governamentais prioritárias. Os encargos são de 8% ao ano e os prazos são de até 96 meses, com até 24 meses de carência

## Notícias

### CDES define contribuições para o plano plurianual

Os membros dos GTs de **Infraestrutura e de Matriz Energética**: contribuições, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República, reuniram-se nesta quarta-feira (1º/06), no Gabinete Regional da Presidência da República, em São Paulo, para tratar dos temas **Infraestrutura e Matriz Energética**. O objetivo foi debater a contribuição do CDES ao Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 nos temas infraestrutura e matriz energética, tomando como referenciais a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC) e Relatórios e Moções elaborados pelo CDES. A reunião foi coordenada pelo ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Moreira Franco. O presidente da CBIC, conselheiro do CDES, Paulo Safady, participou da reunião.

### Alemanha decide fechar usinas nucleares até 2022

O ministro do Meio Ambiente da Alemanha, Norbert Roettgen, anunciou nesta segunda-feira (madrugada em Brasília) que a coalizão do governo da chanceler Angela Merkel concordou em fechar todas as usinas nucleares do país até 2022. Os democratas-cristãos da CDU de Merkel, o partido aliado União Social-Cristã na Baviera (CSU) e o parceiro menor na coalizão, os Democratas Livres se reuniram no domingo depois que uma comissão de ética encerrou suas deliberações no fim de semana. Após negociações, os partidos do governo concordaram com as propostas de fechar dentro de uma década todas as 17 usinas nucleares do país. "É definitivo" - disse o ministro.

(O Globo/Agências internacionais em 30/05/2011).

**No Brasil, o ministro de Minas e Energia, que havia anunciado o prosseguimento do programa nuclear, admite agora uma reavaliação.**

### Lançamento do Plano Brasil Sem Miséria



A presidente da República, Dilma Rousseff, lançou nesta quinta-feira, dia 2 de junho, em Brasília, o Plano de Superação da Extrema Pobreza – Brasil sem Miséria, que visa a ampliar o Bolsa Família a 1,3 milhão de crianças e adolescentes no país. De acordo com a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, há 16,2 milhões de brasileiros em situação de extrema pobreza. O alvo das novas políticas é o Nordeste, região onde estão localizados 60% dos brasileiros em extrema pobreza. Desses, 40% têm até 14 anos e 47% estão na área rural. O plano prevê ações de transferência de renda, acesso a serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica. Há também medidas

que visam facilitar o acesso a serviços de qualidade, como instalação de cozinhas comunitárias e bancos de alimentos; saneamento; apoio à população em situação de rua; educação infantil; medicamentos para hipertensos e diabéticos; tratamento dentário; exames de vista e óculos e combate a drogas

## **PJ: atenção para vínculo empregatício com empresa**

*(Republicado por sua importância para empresas de consultoria)*

A chamada pejetização está na mira dos tribunais superiores. Esses casos já estão chegando ao Tribunal Superior do Trabalho, que, recentemente, analisou processo dessa natureza. Classificou esse procedimento como **fraude** e declarou a relação de emprego, o que foi confirmado pelo TST. A

Justiça do Trabalho Mineira também tem julgado reclamações envolvendo a pejetização qualificando de **fraude** contratação de um trabalhador, por meio da firma que ele constituiu. *(Resumo de nota no Portal Nacional do Direito do Trabalho – 24 de Maio de 2011).*

**Nota: As empresas de consultoria de engenharia já dedicam atenção a eventuais impropriedades nessa modalidade de contratação.**